Cult

23 anos

ano 23 · junho 2020 · edição 258 · R$ 21,50 · revistacult.com.br

ensaio

Tarso de Melo
"A poesia alimenta e mantém a mente saudável, dentro do possível, quando a vida teve que se encolher bruscamente"

lançamento

***Júlia: nos campos conflagrados do senhor*, de Bernardo Kucinski**

entrevista

Luanda Pires
"O movimento social já conhece o grau de vulnerabilidade de pessoas LGBTI+, mas a pandemia veio para escancará-lo"

dossiê

A cultura do cancelamento

QUANDO A BUSCA POR JUSTIÇA NAS REDES SOCIAIS SE MISTURA COM O IMPULSO JUSTICEIRO

DADOS DE ODINRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe ***eLivros*** e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudíavel a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo.

Sobre nós:

O ***eLivros*** e seus parceiros disponibilizam conteúdo de dominio publico e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: ***eLivros***.

Como posso contribuir?

Você pode ajudar contribuindo de várias maneiras, enviando livros para gente postar ***Envie um livro*** ;)

Ou ainda podendo ajudar financeiramente a pagar custo de servidores e obras que compramos para postar, ***faça uma doação aqui*** :)

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e

poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."

eLivros.love

Converted by ePubtoPDF

Sumário

entrevista Luanda Pires

dossiê Cultura do cancelamento, cancelamento da cultura

Apresentação

O ground zero do cancelamento

A grande feira das ideias prontas

O bolsonarismo e o Partido dos Trolls

ensaio

Poiesis, pharmakon

lançamento

Zeladora de memórias

colaboraram nesta edição

entrevista Luanda Pires

Luta permanente

AMANDA MASSUELA

No dia 8 de maio, o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou as restrições do Ministério da Saúde e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) que proibiam a doação de sangue por homossexuais. A ação direta de inconstitucionalidade (ADI), ajuizada em 2016 pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), começou a ser discutida pela Corte em 2017, mas o julgamento foi interrompido por um pedido de vistas do ministro Gilmar Mendes. O tema voltou à pauta do Supremo no dia 31 de abril após uma solicitação da Defensoria Pública da União (DPU), motivada pela redução de doações durante o período de isolamento social.

Ativistas como a advogada Luanda Pires, 31, celebram o fim da proibição, que além de propagar estigmas sobre o comportamento sexual de pessoas GBT (gays, bissexuais, transexuais e travestis), impediu que 19 milhões de litros de sangue chegassem anualmente aos hemocentros do país, segundo a ONG All Out. Pelas regras da Anvisa e do Ministério da Saúde, homens que mantinham relações sexuais com outros homens nos 12 meses anteriores à doação eram impedidos de doar.

Luanda faz parte do Grupo de Advogados Pela Diversidade Sexual e de Gênero (GADvS), que atuou como “amigo da Corte” durante o processo, fornecendo subsídios para a decisão da magistratura. A associação desempenhou a mesma função em outros julgamentos importantes para a

população LGBTI+ nos últimos anos, como o que decidiu pela alteração do registro civil de pessoas trans sem necessidade de cirurgia de redesignação sexual, em 2018, e o que criminalizou a homotransfobia, em junho de 2019.

Coordenadora do Núcleo de Mulheres LBTs e Gênero da Comissão da Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP), Luanda Pires fala nesta entrevista sobre o que vem depois das decisões do STF – mais luta – e comenta os efeitos da pandemia sobre as pessoas LGBTI+. Logo no início do isolamento social, ela criou a campanha Integração Pandemia para arrecadar fundos para a compra de alimentos e materiais de higiene para essa parcela da população que vive em situação de vulnerabilidade social. Mais de 3 mil pessoas já foram cadastradas nas entidades e movimentos parceiros, mas há uma lista de espera com mais de 2 mil nomes.

O objetivo é criar uma rede de apoio emergencial que ajude de forma recorrente, durante todo o período de calamidade pública, quem se cadastrou no projeto. “O movimento social já conhece o grau de vulnerabilidade dessas pessoas, mas a pandemia veio para escancará-lo”, afirma. Mais informações podem ser adquiridas pelo e-mail integracaopandemia@gmail.com. A campanha também está ativa no Instagram (@integracaopandemia).

Proibir a doação de sangue ajudou a propagar quais estigmas sobre a população LGBTI+?

O principal é a ligação com o vírus do hiv/aids. Nos anos 1980, o vírus era extremamente relacionado à nossa população, mas esse quadro não se mantém. A medicina

hoje está muito mais evoluída e consegue identificá-lo em aproximadamente quinze dias após a infecção – no período da chamada janela imunológica. Além disso, um relatório epidemiológico de 2015 indica que entre os anos 1980 e 2015 o número de infecções registrado era consideravelmente maior em heterossexuais do que em bi e homossexuais. Colocar mais uma vez pessoas LGBTI+ como grupo de risco exclusivamente em razão da orientação sexual nos estigmatiza sem considerar o comportamento sexual de cada pessoa, como se o vírus fosse transmissível apenas por essa parcela da população, o que não é verdade.

Se homens gays, bissexuais, mulheres trans e travestis quiserem doar sangue hoje, encontrarão dificuldades?

A decisão tem validade a partir do momento da publicação, ou seja, ela já é válida. Mas nós conhecemos o país em que vivemos e a dificuldade que é implementar o direito que, como população LGBTI+, adquirimos via Judiciário. Falando como advogada e militante da área, acredito que encontraremos sim problemas para implementar a lei em razão da homotransfobia institucionalizada no Brasil. O que eu tenho falado para quem me procura é: a decisão é válida, e se você tem estrutura e equilíbrio emocional suficiente, imprima a decisão e vá. Mas não é fácil querer doar sangue, praticar um ato voluntário, e ainda ser *constrangide* por causa disso. Até o Ministério da Saúde e a Anvisa regulamentarem isso da forma correta, de acordo

com a decisão do STF, é muito provável que as pessoas encontrem sim dificuldade para doar.

Na prática, leva tempo pra que essas conquistas possam ser de fato vividas pelas pessoas LGBTI+?
Sim. É o caso, por exemplo, da criminalização da homotransfobia, de 2019.

Seis meses depois dessa decisão do STF, reportagens mostraram que o impacto dela tinha sido até então mais simbólico do que efetivo, já que as delegacias continuavam registrando casos de homotransfobia como injúria simples. Isso ainda acontece?
Infelizmente, sim. Reconheceu-se a discriminação homotransfóbica como discriminação racista, protegendo-a, definindo-a e regulando-a na Lei Antirracismo – uma legislação de 1989 que até hoje o movimento racial tem dificuldade de implementar da forma devida. Então teremos muitos problemas, já temos. Não houve treinamento nas delegacias, para quem trabalha lá. Uma pessoa chega sozinha para lavrar um boletim de ocorrência e ainda é questionada: “Mas será que não foi uma brincadeira?”. E estamos falando de uma população que é tão vulnerabilizada que só chega para fazer B.O. na delegacia quando é agredida fisicamente. E a homotransfobia não é só agressão física.

Se essas pessoas são revitimizadas dentro da delegacia, imagina a dificuldade para as que não sofreram agressão física. A Comissão da Diversidade Sexual da OAB-SP tem tentado se alinhar com outros órgãos competentes para

treinar a equipe, para que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publique algum tipo de recomendação para que *delegades* apliquem a lei, mas acredito que vamos demorar muito tempo para que ela seja aplicada devidamente. A saída que vemos agora é a judicialização, entrar com processo. Apenas criando jurisprudência é que vamos conseguir firmar entendimento, dentro do Judiciário, de que tais discriminações, quando acontecem dessa forma, são de cunho homotransfóbico e que por isso devem ser tipificadas como discriminação racista.

Você já deparou com muitos casos de pessoas LGBTI+ que sofreram com a execução das decisões?

Muitos. Um caso muito simbólico de homotransfobia, por exemplo, em São Paulo, foi o do Marcelo Santanna, em 2019. Ele apanhou porque estava de mãos dadas com um ficante no transporte público. O motorista mandou Marcelo descer e quando ele desceu, sem discutir – o que já é um absurdo –, apanhou do próprio motorista. Acompanhamos o caso de perto [na Comissão da Diversidade Sexual], fizemos reuniões com a SPTrans [empresa de transporte de São Paulo] para desenvolver treinamento a quem trabalha lá, mas foi muito difícil. O Marcelo sofreu muito na delegacia e acho que até hoje o boletim de ocorrência dele não foi tipificado como homotransfobia, está correndo processo judicial.

Se as decisões da Corte muitas vezes não são suficientes para garantir o direito, o que é preciso vir depois?

A luta do movimento, essa articulação posterior. Mas as decisões, em si, têm força legal e deveriam ser respeitadas. No entanto, como vivemos em uma sociedade estratificada, racista e homotransfóbica, as pessoas que estão no *front* e que deveriam atuar respeitando tanto as decisões judiciais como a legislação não atuam dessa forma. Deixam que questões de caráter individual, a fé e a moral afetem o exercício do trabalho. É um problema estrutural que enfrentamos na defesa de direitos de qualquer "minoria".

E por que é a justiça que protagoniza os avanços da pauta LGBTI+ no Brasil? Falta atuação do Legislativo nesse sentido?

Sim. O movimento LGBTI+ brasileiro luta há 40 anos por direitos e proteção dessa população, uma luta que é articulada perante todos os poderes. Mas é justamente em razão da demora do Legislativo que nós batemos às portas do Judiciário para que esses direitos sejam reconhecidos e garantidos.

Porém é importante ressaltar que esses direitos "conquistados" pela população LGBTI+ via Judiciário já existiam. São direitos e garantias trazidos pela Constituição Federal e pelo ordenamento infraconstitucional, destinados a toda e qualquer cidadã e cidadão. Mas, reconhecida a necessidade de proteção específica dessa "minoria", o Judiciário declara e ratifica a existência desses direitos e, por vezes, determina que o Legislativo normatize.

A judicialização no STF provoca maior debate público sobre a agenda LGBTI+? Quais os prós e contras

dessa estratégia adotada pelo movimento na busca do reconhecimento de direitos?

Sim, sem dúvida provoca maior debate público, ainda mais quando as respostas são dadas de forma favorável. Confesso que, como advogada de minorias, não consigo sequer pensar nos contras que possam derivar dessa estratégia, uma vez que essa via é utilizada em razão da inércia dos outros poderes que, mesmo quando são acionados, não garantem direitos fundamentais a essa parcela da população. Então, trazer a pauta LGBTI+ para o discurso jurídico, reconhecendo o potencial do STF em responder a ela, não é só estrategicamente viável, mas também necessário. Claro que, após reconhecidos esses direitos, via judicialização, vem o segundo momento da luta: implementação nos casos concretos. Mas sem o reconhecimento, nem isso teríamos. Então, pra mim, não há contras.

Um relatório de abril do Grupo Gay da Bahia (GGB) mostrou que o número de mortes violentas de pessoas LGBTI+ caiu de 420 em 2018 para 329 em 2019. Essa redução surpreende?

Antes de tudo temos que lembrar que o Grupo Gay da Bahia, principal fonte de estatística que temos nessa área, é uma organização que de certa forma não tem braço para acompanhar tudo. Eles já recebem esses números subnotificados, porque há delegacias e policiais que não registram os casos de forma correta. Por exemplo, em São Paulo, há policiais que na hora de lavrar o boletim de ocorrência falam que se sentem *constrangides* de perguntar

a orientação sexual da vítima. Conforme os parâmetros usados pelo grupo, acredito que tenha havido essa redução, mas não a vejo como um avanço para a população LGBTI+, como se ela estivesse mais protegida, como se o governo estivesse criando política pública para protegê-la. Definitivamente não é isso.

O que pode ser?

A partir do momento em que a gente tem um governo que valida essa violência e discriminação, vejo um movimento entre pessoas LGBTI+ de se proteger e evitar muita exposição – o que fere a liberdade individual de cada pessoa ser o que é. A criminalização da homotransfobia também impacta, de alguma forma, nesses crimes porque quem agride agora tem medo. E eu realmente acredito que a implementação real e severa da criminalização vai ter influência na redução desse tipo de violência.

Mas há divergências entre ativistas em relação à criminalização, que contribuiria para inflar um sistema prisional superlotado e desigual. Como você vê esse debate?

Como militante da pauta e consciente da política penal e carcerária brasileira, não sigo essa linha. Esse tipo de pensamento pode tirar força de uma decisão tão importante pra população LGBTI+. Concordo que precisamos reestruturar o sistema penal e carcerário do Brasil porque ele tem sim destinatário certo – a gente sabe que quem realmente vai presa é a população pobre, negra e marginalizada –, mas não concordo em fazer essa ligação

entre a decisão do STF e a possibilidade de aumento do encarceramento, sabendo o quão distante estamos do abolicionismo penal.

Aproximadamente um terço dessas mortes contabilizadas em 2019 pelo GGB aconteceu na residência da própria pessoa, principalmente no caso de gays e lésbicas. A pandemia e o isolamento social podem agravar a violência contra esses grupos?

Sem dúvida. Grande parte da população LGBTI+ começa a ser violentada e sofrer preconceito muito cedo – dentro de casa, por familiares, *vizinhes* e pessoas do convívio diário. Para muitas delas, a casa nunca foi um ambiente acolhedor. Tanto que é muito comum que esses jovens, quando não sofrem expulsão do convívio familiar, passem muito tempo em atividades externas na procura de acolhimento. E é na rua que vão encontrar amigues e equipamentos de assistência.

O necessário isolamento social aumenta a vulnerabilidade dessas pessoas, porque elas passam a ser obrigadas a intensificar a convivência familiar ou a voltar para casa. Mas é importante lembrarmos que existem canais de atendimento: a população LGBTI+ hoje está protegida pela Lei Maria da Penha, que define e regulamenta a violência doméstica e familiar. Ela protege de forma explícita lésbicas vítimas dessa violência, reconhecendo que mulheres que se relacionam com outras mulheres podem também ser objeto ativo dela. Desde 2006, há um enunciado do Conselho Nacional de Procuradores que determina que a Lei Maria da Penha seja também aplicada para mulheres trans e

travestis, e já existe jurisprudência que protege casais homossexuais de forma extensiva também pela Lei Maria da Penha. As pessoas LGBTI+ precisam ter conhecimento disso e saber que podem pedir ajuda.

E quanto às pessoas trans, que segundo o GGB foram em sua maior parte mortas em centros urbanos e em locais ermos?

A população T é o front da população LGBTI+. São as pessoas mais vulnerabilizadas, expulsas de casa entre o final da primeira infância e início da adolescência, que crescem nas ruas sem nenhum tipo de escolaridade. Cerca de 90% da população transexual e travesti vive da prostituição, segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), e tem nessa atividade sua única fonte de renda. Então, o isolamento social tira a fonte de renda dessas pessoas, que nem sequer têm documento, que não conseguem o auxílio emergencial porque não têm carteira de identidade (RG). São a nossa grande preocupação, porque nesse momento não conseguem dinheiro sequer para se alimentar. É uma situação muito complexa que o poder público não supre. Temos algumas ações da sociedade civil, eu mesma estou com uma campanha nesse sentido, mas apesar da articulação, que é muito válida, os movimentos e agentes sociais também não têm braço para ajudar todo mundo. Precisamos de política pública, porque essa população extremamente vulnerabilizada precisa de ajuda básica, alimento e material de higiene.

A pandemia afetará de alguma forma os modos de atuação política dos movimentos LGBTI+?

O movimento social já conhece o grau de vulnerabilidade dessas pessoas, mas a pandemia veio para escancará-lo. Para enfrentar isso, não vejo outra forma a não ser uma articulação mais conjunta, ou não vamos conseguir. Criei uma campanha chamada Integração Pandemia, porque comecei a receber muita demanda, e percebia que tinha bastante gente fazendo a mesma coisa, sem contato nenhum entre si. A falta de comunicação é um problema do nosso movimento. Um aprendizado que vamos tirar daí é a necessidade de articulação para que a gente consiga levar para o Estado as necessidades de forma alinhada, criar política pública e alcançar novos direitos. ●

dossiê Cultura do cancelamento, cancelamento da cultura

Apresentação

JERÔNIMO TEIXEIRA

Presidente de uma organização dedicada à defesa da liberdade de expressão nas universidades estadunidenses – a Fundação em prol dos Direitos Individuais na Educação, ou FIRE, na sigla em inglês –, o advogado Greg Lukianoff começou a notar, em torno de 2013, uma mudança inquietante nas queixas que chegavam à sua mesa. Se antes ele lidava sobretudo com casos em que alunos eram censurados pela administração da universidade, a partir daquele ano tornaram-se mais numerosos os episódios em que os próprios estudantes exigiam que fossem removidos da sala de aula livros e textos considerados "ofensivos". Consagrava-se a noção – muitas vezes encampada pelas próprias instituições de ensino – de que elas deveriam representar um "espaço seguro" (*safe space*), no qual os alunos não deveriam ser confrontados com ideias que contrariassem certas crenças e opiniões.

Com o intuito declarado de proteger minorias, a geração superprotegida e superpolitizada que chegou às universidades na segunda década do século 21 implementou interdições e proibições paranoides. Consagrou-se entre eles, por exemplo, o conceito de "microagressão", segundo o qual a palavra ou atitude mais comezinha poderia expressar preconceitos odiosos. A simples pergunta "de onde você é?" seria ofensiva se feita a um aluno de minoria étnica, pois implicaria a ideia de que

ele não é estadunidense. Os transgressores desses códigos de conduta draconianos com frequência eram chamados a explicar suas razões – ou a pedir desculpas. E membros da comunidade acadêmica que ousassem contestar abertamente a nova ordem começaram a ter seus canais de expressão podados: alguns tinham a participação em eventos cancelada à força de protestos e abaixo-assinados; outros eram impedidos de falar nos *campi* universitários por conta de manifestações ruidosas e por vezes violentas. Amplificada e diluída pelas redes sociais, essa mentalidade ultrapassou os muros universitários e recentemente se transformou em um perverso fenômeno pop: a *cancel culture* – cultura do cancelamento.

Em parceria com o psicólogo Jonathan Haidt, que compartilhava de suas inquietações sobre a virada policialesca da vida universitária, Lukianoff escreveria, em 2015, um ensaio sobre o tema, publicado na revista *The Atlantic*. Naquele tempo ainda não se falava em *cancel culture*. A repercussão do artigo incentivou a dupla de autores a expandi-lo. Em 2018, Lukianoff e Haidt lançaram um livro com o mesmo título do ensaio de alguns anos antes: *The Coddling of the American Mind*. Tampouco no livro se fala em *cancel culture,* mas aparece já uma expressão sinônima: *call-out culture* (“*call out*” conjuga as ideias de denunciar, criticar alguém, e de chamá-lo a se explicar pela falta cometida). A *call-out culture*, segundo os autores, seria “incompatível com os propósitos de educação e pesquisa das universidades, os quais requerem liberdade de questionamento, discordância, argumentação amparada

em fatos, e honestidade intelectual". A prática do cancelamento em universidades é fartamente documentada ao longo da obra, que narra casos em que a intimidação ao pensamento divergente chega até a violência física – como no frenesi de destruição e agressão que se viu na Universidade da Califórnia em Berkeley, em 2017, quando manifestantes impediram que Milo Yiannopoulos, um provocador profissional da *alt-right*, falasse no *campus*.

Lukianoff e Haidt observam que as práticas de intimidação e censura de uma *call-out culture* exigem uma audiência entusiasmada, pronta a reconhecer os bons serviços de quem denuncia um crime de opinião ou uma suposta ofensa racial ou sexual, e também uma audiência disposta a contribuir para a humilhação pública do acusado. As redes sociais oferecem acesso seguro e rápido a esse público cúmplice. Sem elas, a cultura do cancelamento não se realiza plenamente. E, ao menor deslize, todos que participam desses rituais estão sujeitos a serem os condenados do dia seguinte. O preço psicológico é alto. "A vida em uma *call-out culture* exige constante vigilância, medo e autocensura", concluem Lukianoff e Haidt. Pela circunstância de um dos autores ser da área, *The Coddling of the American Mind* dá grande atenção para a carga negativa que o novo código de interdições e proscrições da vida universitária traz para a saúde mental dos jovens. O próprio título – um trocadilho com *The Closing of the American Mind (*no Brasil lançado como *O declínio da cultura ocidental)*, do filósofo estadunidense Allan Bloom – alude ao contexto familiar em que boa parte do atual corpo discente

do país foi criado. O verbo *coddle* significa “tratar com carinho excessivo”. É algo que em geral pais de boa condição financeira fazem com seus filhos diletos. Uma tradução literal (mas canhestra) do título seria *A mimação da mente americana.*

Embora carregue uma ênfase particular na angústia e na depressão que os rituais de vexação pública acarretam a seus praticantes, os autores estão bem conscientes da dimensão política do problema. A certa altura do livro, fazem questão de apresentar suas credenciais políticas progressistas de eleitores do Partido Democrata. Não, Lukianoff e Haidt não são militantes de nenhuma versão estadunidense do Escola sem Partido. E é preciso que se diga aqui com toda clareza: na guerra cultural que em anos recentes tem se tornado mais renhida e mais estúpida tanto nos Estados Unidos como no Brasil, o “cancelamento” é uma arma exclusiva da esquerda – em particular, da esquerda identitária que se preocupa mais em criar torções bizarras do idioma para neutralizar o gênero das palavras (todes e todxs compreendem do que estamos falando, certo?) do que em conhecer as condições objetivas em que vivem mulheres, negros, trans, gays e outras tantas categorias vitimizadas. A direita tem outras modalidades de censura – exemplificadas no cerco conservador a uma exposição do fotógrafo Robert Mapplethorpe entre 1989 e 1990 e nas manifestações reacionárias que em 2017 fecharam a mostra *Queermuseu*, em Porto Alegre. A propriedade intelectual do cancelamento, no entanto, é da nova esquerda que Mark Lilla (um pensador de esquerda)

criticou com incisiva propriedade em *O progressista de ontem e o do amanh*ã.

Em sua face pública mais vistosa, o cancelamento volta-se contra as celebridades. Na esteira do movimento MeToo, o produtor Harvey Weinstein previsivelmente foi cancelado (em março de 2020, também foi condenado a 23 anos de prisão por abuso sexual e estupro, punição que é bem mais significativa que uma *hashtag* no Twitter). Mas não é preciso ser um praticante serial de delitos sexuais para ser virtualmente banido pela militância *woke* (desperta para questões sociais). Oprah Winfrey foi cancelada, veja só, por se engajar no MeToo: o rapper 50 Cent acusou a apresentadora de atacar apenas abusadores negros. A *hashtag* #cancelOprah no Twitter, é verdade, não terá o poder de subtrair nem um só centavo da fortuna de 2,6 bilhões de dólares que a revista *Forbes* atribuiu à mulher negra mais rica do *showbiz* estadunidense. O argumento de que o cancelamento não traz maiores consequências a suas vítimas privilegiadas e famosas foi levantado em artigos de opinião para contestar as críticas que o ex-presidente Barack Obama fez à cultura *woke*, em outubro de 2019.

Se os efeitos da tal *cancel culture* de fato se resumissem ao ligeiro constrangimento que Chris Evans, o Capitão América da Marvel, teria passado no Twitter – bem, então nem sequer haveria razões para que esta edição da *Cult* se debruçasse sobre o tema. Jovens criticando celebridades racistas, misóginas, homofóbicas nas redes sociais? Ora, quem, fora os reacionários da Jovem Pan, poderia se opor a isso? Mas vale considerar com alguma seriedade o que

Taylor Swift disse sobre a campanha de cancelamento que moveram contra ela no Twitter. “Quando dizem que você está cancelada, não estão falando de um programa de TV, mas de uma pessoa”, declarou a cantora estadunidense à revista *Vogue*. Sim, é fácil descartar a frase como a queixa fátua de uma jovem muito rica e muito loira que não conhece problemas reais (e cuja carreira, aliás, pouco sofreu por causa da campanha). No entanto, a estrela pop vai ao ponto quando chama a atenção para a pesada carga semântica do verbo: *cancelar* alguém implica a ambição de apagar sua existência, de converter uma pessoa em não pessoa. E isso evoca a imposição da desmemória que se vê no pesadelo distópico de George Orwell e nos regimes totalitários que inspiraram *1984*. Considere ainda que o cancelamento não atinge apenas celebridades que empregam custosas equipes de relações públicas e assessoria de imprensa.

Em 31 de outubro de 2019, a reportagem “Tales from the Teenage Cancel Culture”, publicada no jornal *The New York Times*, coletou depoimentos desoladores de estudantes do Ensino Médio e dos primeiros anos universitários. Vários relatos confirmam as preocupações de Lukianoff e Haidt sobre a ansiedade que essa nova cultura política provoca nos jovens. A prática do cancelamento, tal como retratada na reportagem, não se diferencia muito do *bullying*. Em plano mais amplo, a *cancel culture,* ao substituir o debate qualificado pelo cala-boca sumário, aprofunda a erosão do debate político em um universo de opiniões atomizadas nas bolhas ideológicas de redes sociais.

Nos três ensaios que se seguem neste dossiê da *Cult*, a cultura do cancelamento é analisada de perspectivas muito diversas, mas de certo modo complementares. O percurso começa pela prospecção das raízes profundas do cancelamento, parte para uma descrição de sua dinâmica no atual mercado das ideias e chega às complexas relações dos militantes do cancelamento com seus antagonistas da extrema-direita on-line.

Eduardo Wolf, doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP), retraça as origens do cancelamento no ataque promovido, a partir dos anos 1980, ao amplo patrimônio do pensamento e da literatura ocidentais que constituía a base curricular dos cursos de humanas nas universidades estadunidenses. Rodrigo de Lemos, professor da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA-RS) e doutor em Literatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), examina o papel do cancelamento na grande feira ideológica em que o debate público se converteu durante a era das redes sociais. Idelber Avelar, da Universidade Tulane, em New Orleans, persegue os desdobramentos do tema no desalentador momento político brasileiro, documentando como o ressentimento bolsonarista foi retroalimentado pela cultura do cancelamento. Haverá decerto discordâncias entre os três artigos, mas, por vias diferentes, todos apontam para os efeitos deletérios do cancelamento na esfera pública.

Antes da febre do cancelamento, práticas de censura e intimidação do pensamento já vigoravam nas redes sociais – e fora delas, obviamente. É previsível que continuarão existindo depois que a expressão “cultura do cancelamento” cair em desuso. Este dossiê é ao mesmo tempo um convite à discussão livre de ideias e uma profissão de fé na liberdade de expressão. Contestar um argumento falho – ou totalmente equivocado, ou até francamente canalha – é sempre melhor do que cancelar a voz de quem o defende. •

O *ground zero* do cancelamento

EDUARDO WOLF

Em 15 de janeiro de 1987, uma manifestação política singular ocorreu no *campus* da Universidade Stanford. Um grupo de aproximadamente 500 pessoas, liderado pelo reverendo Jesse Jackson, marchava contra uma das disciplinas centrais do currículo comum a todos os estudantes da prestigiosa instituição estadunidense: o curso de Western Culture, que trazia uma lista de leituras obrigatórias na qual figuravam os clássicos da Literatura, da Filosofia, da Religião e da História do Ocidente. De Platão a Maquiavel; da Bíblia a Freud; de Homero a Shakespeare, passando por Dante, a disciplina tinha o evidente e conhecido propósito de franquear aos estudantes uma participação na "grande conversação" dos clássicos formadores da civilização ocidental em todas as suas dimensões, consolidando e alargando as bases de um pertencimento cultural e social comum a uma história de quase três milênios de sucessivas e conflituosas – porém complementares – linhas de força civilizacionais.

A marcha era acompanhada por um slogan tão expressivo quanto direto: "*Hey hey, ho ho, West Civ has got to go*", exigindo o fim da disciplina que, aos olhos dos alunos, professores e manifestantes envolvidos com a causa, representava uma visão eurocêntrica, dominantemente branca e masculina, associada não apenas à falta de diversidade, mas também aos horrores das práticas

colonialistas, escravistas e imperialistas do passado ocidental. Ao leitor pouco habituado ao tipo de conflito político-cultural que vai aqui descrito, a associação do estudo de um Platão com o colonialismo moderno, ou dos versos de um Goethe com o sexismo estrutural das sociedades contemporâneas, pode soar inusitada, quando não simplesmente um disparate. Ainda assim, era disso mesmo que se tratava, e a revolta contra obras clássicas do pensamento e da cultura tinha suas bases nas efervescentes revoltas nos *campi* durante os anos de 1960.

No quadro das intensas transformações comportamentais e intelectuais daquela década, diferentes pensadores e teorias variadas tornaram-se cada vez mais populares ao oferecer uma interpretação ideológica e altamente politizada da cultura, do cânone cultural do Ocidente e das instituições responsáveis por preservar e propagar os valores expressos por tal cânone. Do marxismo psicanalisado de Erich Fromm e de Herbert Marcuse aos teóricos franceses do pós-estruturalismo e da desconstrução, diversas ondas de ataques à própria noção de "civilização ocidental" e de um pertencimento cultural e social comum à tradição que vai de Homero ao Modernismo fizeram com que a denúncia dos interesses de classe, da opressão étnica ou de gênero e a celebração engajada de minorias de tipos vários passassem a ocupar lugar de destaque nos interesses acadêmicos, artísticos e intelectuais – lugar que antes pertencera ao estudo dos *great books*.

Não por acaso, desde 1969, os alunos de Stanford não eram mais submetidos à imperiosa obrigatoriedade de estudar a *República* ou a *Divina Comédia* – vitória dos agitados revoltosos daquela década. Verdade, também, que o retorno da disciplina de *Western Culture* à grade curricular de Stanford em 1980 parece ter sido mais que mera coincidência com a vitória do novo conservadorismo de Ronald Reagan para a presidência dos Estados Unidos pelo Partido Republicano. Após a ressaca dos avanços progressistas no discurso e nas práticas sociais e no horizonte mental estadunidense do fim dos anos 1970, a retomada vigorosa de um conservadorismo que sintetizava *força de mercado* com *tradicionalismo cultural* daria a tônica para a década seguinte, e muito ajuda a compreender a dinâmica social específica que os anos 1980 inaugurariam para os Estados Unidos.

O fato é que Jesse Jackson, que seria pré-candidato à presidência pelo Partido Democrata em 1988, venceu em Stanford. Pelas razões certas (ampliação do currículo e inclusão de mais e mais diversos autores), mas também pelas erradas – que foram então proeminentes –, o curso foi encerrado, uma nova disciplina de sabor multicultural foi introduzida (Culture, Institutions, Values) e, pouco mais de uma década depois, essa perspectiva multiculturalista de pendores antiocidentais daria a tônica em boa parte da visão de cultura e de educação dos Estados Unidos.

Um ano após a marcha de Jackson e do estudantado progressista multiculturalista em Stanford, enquanto a revisão curricular estava em andamento sob grande debate

nacional, o jornal *The New York Times* publicou uma extensa matéria sobre o tema, em 19 de janeiro de 1988. Um dos professores de Stanford que advogava o fim do curso de "West Civ", o historiador Barry Katz, é citado afirmando que "Platão não seria banido de nossa República das Letras", e que os alunos não sairiam do primeiro ano de curso versados em culturas de minorias e desconhecendo a boa redação da língua inglesa culta. Mais de trinta anos se passaram desde a inocente declaração de Katz, e agora é possível afirmar categoricamente que ele estava errado.

É claro que, ao contrário do que ocorre em regimes autoritários, como as ditaduras militares de direita que tão bem conhecemos na América Latina, ou as "democracias populares" (nome fantasia das tiranias socialistas do Leste Europeu) da Guerra Fria, Platão ou Shakespeare não foram *legalmente* proibidos e *policiados*. Ao modo do que sempre fizeram culturas repressivas – basta pensar no peso do moralismo católico que se fez presente na educação de nossas sociedades até muito recentemente –, a "desconstrução" do cânone ocidental, a "decolonização" do pensamento acadêmico e a vitória das suscetibilidades multiculturalistas representaram, na prática, a criação de um novo repertório do que deveria ser valorizado, de como hierarquizar esses objetos culturais na nova medida de seus valores e do que deveria ser ou não promovido. No pacote desse novo progressismo, como não poderia deixar de ser, um novo *index* foi se impondo de forma gradativa. E com a mesma autoridade com que um padre aceitava ou rejeitava determinada obra literária ou filosófica para seus alunos em

uma instituição confessional, os novos sacerdotes da cultura progressista acolhiam e rechaçavam autores e temas de acordo com as revelações das novas doutrinas.

O leitor que quiser tirar a prova dos nove com os fatos do último quarto de século tem vários caminhos prazerosos à disposição. Quem retornar ao primeiro capítulo de *O cânone ocidental*, do crítico Harold Bloom, publicado em 1994, talvez se espante com o fato de o autor escrever de modo tão fatalista que os departamentos de língua inglesa (e de outras línguas) minguariam brutalmente, metamorfoseando-se em "estudos culturais" e outras rubricas genéricas. Uma década depois, o crítico italiano (de vezo marxista) Franco Moretti relatava o episódio de um colega que, em vista do desaparecimento acelerado de disciplinas tradicionais nas áreas de Letras, resolvera lecionar sobre "narrativa de videogames" (o episódio aparece relatado em *A literatura vista de longe*). E a ficção não nos foi menos generosa no retrato fiel e perspicaz da dissolução de um mundo de cultura no caldeirão da irrelevância politizada. Publicado originalmente em 2000, *A marca humana*, de Philip Roth, já trazia poderosas e verdadeiras palavras de confronto à cultura da correção política que, aos poucos, descia a cortina da censura disfarçada de atitude progressista.

Banir autores e temas e ajustar o pensamento alheio às doutrinas radicais de acadêmicos "antissistema" – eis o ensaio geral bem-sucedido da "cultura do cancelamento" que viria a caracterizar a infantaria da esquerda nas guerras culturais que consumiriam a América nos anos vindouros. Que não se tome por acaso, afinal, a ocorrência

concomitante desse movimento autoritário da esquerda multiculturalista então em ascensão e do discurso reacionário contra as artes e as liberdades culturais que a direita estadunidense deflagrava, em especial a partir da polêmica envolvendo a exposição do fotógrafo Robert Mapplethorpe entre 1989 e 1990 – precisamente a dinâmica social específica da guerra cultural contemporânea.

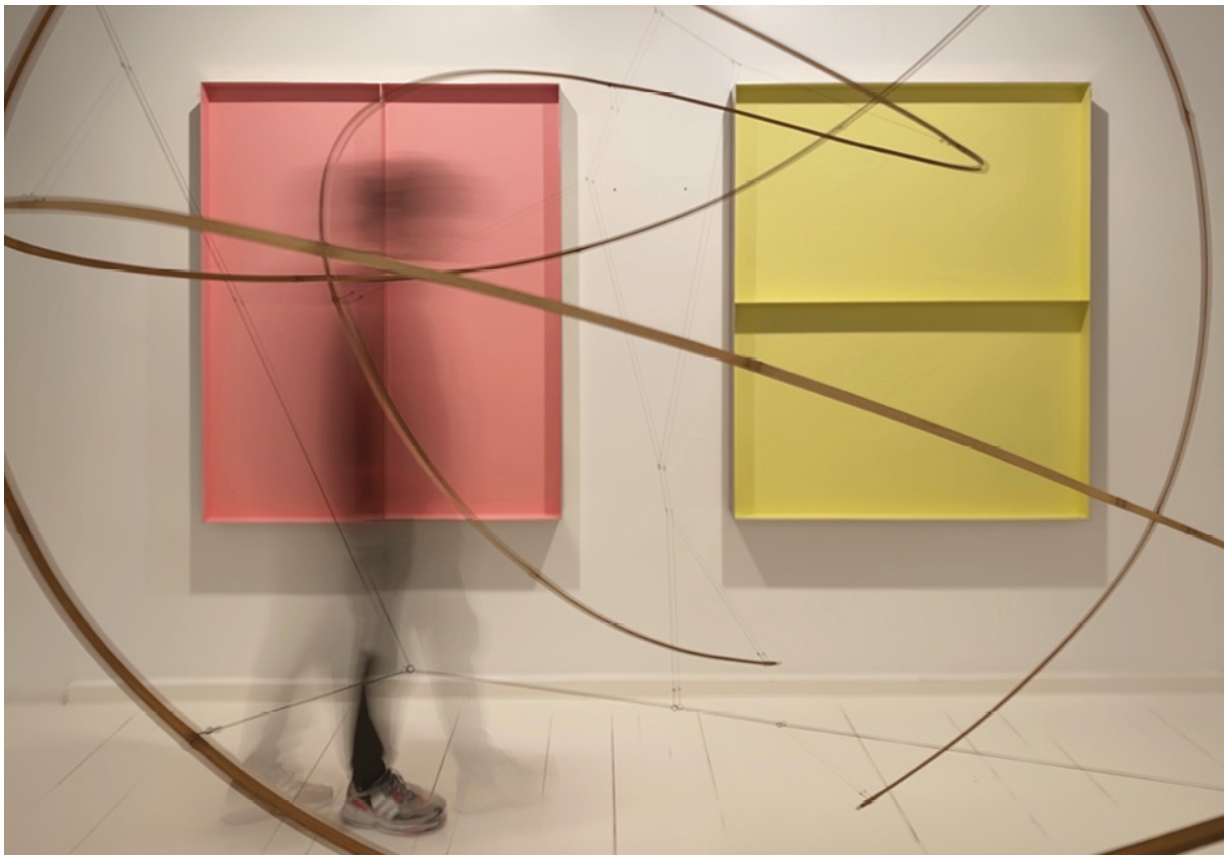
Quando, ao longo do período que vai de 2014 a 2017, um expressivo número de episódios de natureza autoritária, persecutória e censória ganhou as páginas e os sites da imprensa estadunidense (e, com o tempo, de outras partes do mundo), trazendo notícias de intelectuais, artistas, políticos e figuras públicas que eram "banidos" dos *campi* universitários, ou de obras que não poderiam mais ser estudadas em sala de aula (como a perigosíssima poesia de Ovídio, para ficar em exemplo célebre), estávamos por ingressar já na terceira década do tensionamento social que tentei sintetizar aqui – tensionamento intimamente imbricado no processo de "cancelamento" de temas, autores, intelectuais e artistas que se iniciara nos anos 1980. Com uma intensidade marcante, impuseram-se novas modalidades de controle político nas instituições que deveriam servir de bastião da liberdade de pensamento, e as universidades dobraram-se, uma a uma, quase sem exceção, às exigências juvenis de "espaços seguros" que protegessem os alunos dos perigos de fatos e de raciocínios que contrariassem suas convicções e seus estados emocionais; de "*trigger warnings*" que os salvassem dos horrores da poesia grega e romana clássicas e de um amplo

programa de censura oficial que garantisse opiniões ajustadas à correção política e aos dogmas do momento – fossem questiúnculas envolvendo pronomes de tratamento, fossem batalhas épicas sobre a diversidade étnica no cardápio do refeitório estudantil. Era inevitável que esse processo alcançasse a vida social como um todo, e grandes rodas de "cancelamento" e de perseguições várias tornaram-se triviais nas redes sociais.

O processo social e cultural que busquei descrever é, por óbvio, complexo, e há de requerer uma análise de grande alcance para que se obtenha algum ganho de compreensão. No entanto, arrisco dizer que é possível oferecer alguma explicação razoável para o predomínio dessa tendência à radicalização e à polarização, tão marcante na cultura do cancelamento. Trata-se de reconhecer que o pilar de sustentação da "cultura do cancelamento" é o exato e mesmo alicerce que foi diligentemente erguido pela contracultura sessentista e pelo multiculturalismo tornado *mainstream* duas décadas depois. Foi nesse caldo de cultura que a fragmentação identitária virou norma e implodiu, de forma deliberada e meticulosa, as possibilidades do diálogo, do compromisso e do pluralismo.

É sintomático que o filósofo político John Rawls tenha fundamentado no *overlapping consensus* – o "consenso sobreposto" – a própria condição para a existência de uma sociedade democrática e liberal justa. Incapazes de alcançar esse consenso, que sobrepõe de maneira voluntária e pacífica doutrinas religiosas, pertencimentos étnicos e visões de mundo, entregamo-nos a um novo tipo de "guerra

de todos contra todos”: uma *narrativa* sobre a sociedade contra todas as demais; uma *identidade* (étnica, sexual, religiosa) contra outras tantas; uma cacofonia de culturas, minoritárias ou não, querendo reger a sinfonia alheia – nem que seja cancelando este ou aquele instrumentista em seu solo. •



A grande feira das ideias prontas

RODRIGO DE LEMOS

Como governar na era da comunicação em redes sociais? Henry Kissinger, o ex-secretário de Estado estadunidense, aponta nos capítulos finais de *Ordem mundial* (2014), que essa é uma das questões mais preocupantes deixadas em aberto pelas evoluções recentes no mundo contemporâneo. Maquiavélico no que a palavra implica de cálculo político amoral e de estudo desapaixonado do poder e de seus mecanismos, Kissinger sabe na teoria e na prática que o homem de Estado se vê confrontado a escolhas nem sempre imediatamente compreensíveis pela opinião pública. Quando essa opinião se fragmenta ao mesmo tempo que se torna onipresente, a exemplo do que ocorre nas redes sociais, como o político pode resistir aos veredictos coletivos, muitas vezes incoerentes ou simplórios, embora sempre veementemente pronunciados? Pode aquele que segura o timão da coisa pública desprezar essa bússola frenética e caprichosa da opinião nas redes em favor de seu próprio sentido de direção e de objetivo a longo prazo?

As preocupações de Kissinger têm motivos reais. O mundo hiperconectado em redes apresenta a tendência de tratar o político como entretenimento. A grande família dos populistas apalhaçados – no estilo de Bolsonaro, de Trump ou do italiano Matteo Salvini – explora essa ambiguidade ao máximo. Muitos deles se popularizaram na televisão sensacionalista dos anos 2000. Basta lembrar o *reality show*

de Trump ou as participações de Bolsonaro em programas de auditório. Levaram às redes as mesmas estratégias da comunicação de choque e sem escrúpulos para falar como que diretamente a seus apoiadores. Salvini, por exemplo, ficou conhecido pelos *shows de ódio* contra imigrantes e minorias, transmitidos em tempo real pela internet. Líderes como eles manipulam dentro das margens que suas torcidas lhes permitem manipulá-las.

Ao mesmo tempo, o entretenimento se torna mais e mais político. Isso ocorre sob o olhar inquisitorial das mesmas redes que transformam homens de Estado em palhaços e palhaços em homens de Estado. Todos os atos e todas as falas de cantores, atrizes, dançarinas ou esportistas são examinados e elevados à categoria de declarações políticas, favoráveis ou contrárias às preocupações de determinados grupos: a homofobia, a gordofobia, o racismo, o petismo, o socialismo, o politicamente correto. O vocabulário da época é abundante em neologismos e empréstimos ao inglês para qualificar os novos delitos diante dos novos juízes informais. Uma dançarina ter ressaltado seus traços negros num videoclipe e depois aparecer com a pele branca numa premiação: afroconveniência ou variação normal de uma mulher *color fluid*? Um ator heterossexual posta símbolos LGBT: oportunismo pelo *pink money* ou apoio sincero e compungido às vítimas de homofobia?

Mesmo o silêncio pode ser suspeito. Como pode uma cantora pop adolescente não declarar seu voto na eleição presidencial estadunidense?

Foi desse caldo de discurso nas redes sociais, em que a busca por justiça se mistura perigosamente com o impulso justiceiro, que emergiu a dita *cultura do cancelamento*. Há decerto algo de abusivo na aplicação indiscriminada do termo *cultura* a esse fenômeno – assim como à *cultura do estupro*, à *cultura da vítima,* à *cultura woke*. Uma cultura deveria ser o que nos permite agir de forma refletida. Talvez fosse mais preciso falar em avalanche de cancelamentos, para ressaltar o que pode haver de massivo e irracional nessa forma de punição capital na internet.

Bem entendido, nem tudo é barbárie numa avalanche de cancelamentos. Eles podem representar uma possibilidade de regulação social, necessária para conter a palavra selvagem das redes. Se há insensatez nas redes sociais, por que não pode também nascer delas uma forma própria de sabedoria? Alguns cancelamentos envolvem casos reais de discurso de ódio e exposição indevida de pessoas vulneráveis, por simples impulso sádico ou numa caçada inescrupulosa de visualizações. Quando um influenciador filma-se zombando de uma criança doente, quando uma celebridade submete alguém a constrangimento público por sua opção política, sua sexualidade, sua religião ou seu pertencimento étnico, é uma reação social saudável que o ofensor veja sua popularidade decrescer e que perca seguidores.

Ainda assim, o exame do mecanismo concreto dos cancelamentos em avalanche revela o que eles podem conter de covarde e de injusto. Frequentemente, trata-se de uma reação coordenada, que se espalha pelas redes como

fogo na forragem, a partir da fagulha lançada por um usuário ou por um grupo que aponta o crime e indicia o infrator. O denunciado já sai, pela pressão coletiva, na qualidade de réu. Como não lembrar das multidões durante as revoluções francesa ou chinesa, dispostas às piores violências e injustiças, uma vez incitadas por oradores demagógicos do alto de seus caixotes? O sentido das nuances pode ser perigosamente enfraquecido no automatismo das reações em manada.

O cancelamento como comportamento coletivo e coordenado insere-se na linhagem de outras modalidades potencialmente opressivas de controle da palavra pública na era digital. O *linchamento virtual* já era uma prática estabelecida quando as avalanches de cancelamentos se tornaram objeto de discussão pública. O linchamento não implica sempre a perda de seguidores, mas sim o acúmulo de insultos em caixas de comentários ou postagens, no mais das vezes de desconhecidos, sobre um único alvo designado como inimigo público – mesmo que seus pecados sejam estritamente privados (muitas vezes, de natureza sexual).

O fechamento da exposição *Queermuseu: cartografias da diferença na arte brasileira,* em 2017, no Santander Cultural em Porto Alegre, revelou outra forma de controle autoritário da palavra pela internet: a *censura pelas redes*. Nela, um grupo de opinião não se satisfaz em apenas expor sua discordância ou seu descontentamento quanto a um discurso, mas exige sua supressão da esfera pública pela pressão organizada. Cancelamento massivo, linchamento

virtual e censura pelas redes – nenhuma dessas novas práticas serve de marcador ideológico, podendo ser mobilizadas à esquerda e à direita. Todas são perigosas à liberdade de expressão, por trazerem formas renovadas de intimidação pela autoridade coletiva, agora amorfa e anônima nas redes, para além do aparato oficial de Estado.

Não apenas o ato de governar conhece novas dificuldades nestes tempos de pensamento grupal. O próprio pensamento, entendido como exercício crítico pessoal e intransferível, pode encontrar-se sob ameaça.

Figuras que se entendem como intelectuais de redes sociais se veem submetidas a essa pressão. Foi o caso de alguns influenciadores da direita – sobretudo de um certo conservadorismo ilustrado – que apoiaram Bolsonaro na eleição de 2018 e que em 2020 batem no peito com lágrimas nos olhos diante das ruínas deixadas pela presidência que escolheram. Sabiam à época o que era o bolsonarismo como seita política autoritária. Ainda assim, avalizaram seu projeto. Por quê? Para não desagradar. Para não contrariar seus seguidores. Para não passar por menos puros que o esperado. Agora, alguns – e não os piores – se dizem arrependidos. Toda contrição pública sensibiliza. Seus depoimentos, sobretudo, são significativos de como, no ambiente digital tal qual o conhecemos, a avalanche de cancelamentos é especialmente intimidante a quem reivindica nas redes uma identidade como intelectual.

A internet constitui um mercado das ideias, e os intelectuais tendem a atuar como fornecedores dos discursos-mercadoria demandados por cada nicho desse

mercado: os liberais, os conservadores, os comunistas, os ecologistas. Não é o mesmo que ocorre numa loja de roupas ou na música popular? Essa sujeição do intelectual-produtor ao leitor-consumidor é tão mais extrema que muitos dos canais que ligam um ao outro são diretamente monetizados, quando não servem de ponte para a penetração no mercado editorial ou na mídia. Uma relação assim constituída envolve, portanto, a capacidade do intelectual não só como influenciador digital, mas como agente econômico. Nesse cenário de dependência material do intelectual em relação a um público, não surpreende que muitos abdiquem da soberania sobre seu pensamento em favor de discursos estereotipados, sempre os mesmos: o leitor-consumidor anônimo é um amo intratável. Não suporta muito bem a contrariedade. Sabemos de saída o que o articulista conservador ou o que o acadêmico liberal ou o que o escritor esquerdista dirá antes mesmo de ouvir sua *live.*

Tampouco surpreende que a reação por cancelamento seja especialmente atemorizante ao intelectual das redes. Seu valor de mercado é medido pelo número de seguidores, assim como acontece com Taylor Swift. É claro que Taylor Swift (ou Anitta ou Kanye West) conta com uma assessoria de mídia para polir eventuais derrapagens. O último videoclipe do *rapper*, se promovido com eficiência, ainda pode compensar sua última grosseria com um fã ou seu último insulto machista.

Para o intelectual das redes, o poder dissuasivo dos cancelamentos em avalanche é mais agressivo, e suas consequências indiretas são mais nocivas. Inibem a capacidade do pensamento vivo de escapar à posição em que se gostaria de encerrá-lo, de afirmar sua verdade ao preço da aprovação geral, contra tudo e contra todos, se necessário. Esperava-se que a internet marcaria a era do debate generalizado. Se o que se seguiu foi a era de cancelamentos massivos, essas esperanças ficaram novamente para o futuro. •

O bolsonarismo e o Partido dos Trolls

IDELBER AVELAR

Ao lado de bases políticas convencionais nas bancadas da bala, da Bíblia e do boi, uma força até então pouco conhecida pelas ciências sociais mostrou-se essencial na condução de um inexpressivo deputado extremista, misógino, militarista e homofóbico à presidência da República: o Partido dos Trolls. A principal operação retórica da trollagem de internet é a ambiguidade: raramente se determina se o que está sendo dito é sério ou não – e isso garante denegabilidade automática caso o enunciado seja questionado ou desmentido, além de oferecer o humor necessário para manter a atenção do espectador/leitor no mundo volátil das redes. A extrema-direita se tornou fluente nessa língua num contexto no qual sua agressividade era retroalimentada pela cultura do cancelamento na esquerda. Foi nessa dinâmica que o bolsonarismo conquistou o domínio das redes sociais. Das que importam, pelo menos: o Whatsapp, o YouTube e o Instagram, já que o Twitter é pra quem se importa com furos e ninguém que importa se importa com o Facebook.

“Redes sociais” nem sempre foi sinédoque de “internet”. A ascensão do lulismo em 2003 aconteceu durante a consolidação dos primeiros blogs brasileiros, não apenas sobre política, mas sobre viagens, esportes, culinária, variedades. Esse momento de otimismo e criatividade com o potencial das redes para democratizar as comunicações

não se desenrolou livre de captura pela máquina de cooptação lulista – como seria o caso nos chamados blogs progressistas, formados por ex-jornalistas, *apparatchiks* do Partido dos Trabalhadores (PT) ou profissionais da Rede Record, então louvada pelas bases lulistas como alternativa à Globo, antes do previsível giro bolsonarista de Edir Macedo. Na explosão da juventude em junho de 2013, porém, a mobilização acontecia não mais por meio de blogs, mas pelas redes. Nessa passagem da utopia disseminada em URLs abertas para os cercadinhos murados do Facebook, um enorme naco da então jovem e libertária geração dos blogs se perderia. Naquele momento, pelo menos em algumas comarcas, como o YouTube, a hegemonia já era claramente de direita.

Foram se congregando então os atores da internet que constituíram o caldo de cultura bolsonarista: as contas de Twitter e Facebook dos perfis dos filhos de Bolsonaro, alunos de Olavo de Carvalho, YouTubers de direita, comunidades de *incels* (jovens "celibatários involuntários", muitos caracterizados por forte misoginia), terraplanistas, monarquistas e associações que ganharam impulso a partir da mobilização para depor Dilma Rousseff – Movimento Brasil Livre (MBL), Revoltados Online e Vem Pra Rua. Aos pesquisadores formados na bibliografia tradicional das ciências sociais, pode ser surpreendente perceber a intensidade do ressentimento que se gestava ali contra a "hegemonia cultural da esquerda". Afirmar que vigorava nas pesquisas universitárias uma "hegemonia marxista" chega a ser uma caricatura. O autor deste artigo fez

bacharelado e licenciatura em Letras na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e de 1986 a 1990 não teve um único professor marxista. Hoje eles são ainda mais raros.

Isso não quer dizer que a percepção olavista-bolsonarista, ancorada no pânico anticomunista, seja simplesmente um delírio. Ela é uma instrumentalização conspiratória e distorcida de um fundamento real. Alimenta-se de um caldo de ressentimento ancorado em exclusões ou autoexclusões do aparato educacional, em ausência de responsabilização penal ou cível aos torturadores da ditadura (o que oferece ao olavismo o vácuo em que proliferam um sem-número de postulados negacionistas) e na impossibilidade de uma representação de direita autodeclarada no interior do aparato político. Encharcado de desmemória, o sistema político brasileiro se arrastava na premissa implícita de que "direita" é sinônimo de ditadura militar e ódio a pobres. Tratava-se de um não reconhecimento da possibilidade de uma leitura legítima do mundo que fosse economicamente de direita. A própria esquerda reproduziu a desmemória ao realizar a sinédoque a partir da qual se podia exigir o cancelamento das personalidades conservadoras ou liberais mais moderadas e razoáveis: "como a ditadura militar é odiosa, retirou renda dos pobres, e era de direita, toda direita tende a ser ditatorial e odeia pobres". O raciocínio implícito era esse mesmo.

Sem temor de se assumir de direita, o olavismo abraçou uma espécie de gramscianismo anabolizado e de sinal oposto: a esquerda teria conseguido hegemonia completa

sobre jornais, televisão, escolas, universidades, a cultura em geral. Para que essa hegemonia fosse desalojada, impunha-se uma guerra na qual até mesmo Bill Clinton, Ernesto Geisel e o Fundo Monetário Internacional (FMI) chegaram a ser associados ao comunismo. Nos cursos de Olavo, gestava-se a prática da refutação bombástica de marcos consensuais da ciência ocidental, feita em linguagem escatológica, repleta de agressões ao interlocutor, e sempre preservando denegabilidade e possibilidade de recuos. Na permanente guerra de posições do olavismo, os *hoaxes* ("a Pepsi adoça seus refrigerantes com fetos abortados!") são apresentados em sucessão estonteante, provocando um curto-circuito nos marcos da conversa ilustrada considerada racional. Quando os cursos de Olavo chamaram a atenção de Carlos Bolsonaro, já era nítido que se cozinhava uma escola do ressentimento. Encontrava-se ali uma estranha coalizão de tradicionalistas católicos, anticomunistas, fundamentalistas, místicos, criacionistas, negacionistas climáticos e conspiracionistas. Mais que de Lula, o subterrâneo olavista da internet crescia ressentindo-se de Fernando Henrique Cardoso. O dândi poliglota e refinado, legítimo habitante do Principado de Higienópolis, representava tudo o que mais disparava ressentimento entre os que cresceram humilhados por não saber usar os talheres. Nunca me pareceu que "ódio" fosse uma categoria iluminadora para entender o bolsonarismo (não porque não exista ódio nele, mas porque o ódio não me parece dele tão distintivo assim, pelo menos não quando você olha a história do ponto de vista dos que foram objeto de ódio

petista). *Ressentimento*, no entanto, em seu sentido estrito, nietzschiano – como uma rebelião da impotência e da amargura –, foi componente constitutivo de várias de suas camadas, e o Partido dos Trolls, especialmente sua ala olavista, é um caso eloquente. A estratégia aqui foi a inversão e a exacerbação do que já era a política do ressentimento na esquerda.

Num livro incisivo intitulado *Kill all normies*, de 2017, Angela Nagle analisou comunidades da nova direita online nos Estados Unidos. Para isso, mapeou a passagem dos dias inocentes e bem-humorados da internet durante a campanha de Obama, em 2008, para a linguagem agressiva dos memes da campanha de 2016, que terminou com um legítimo *troll* de Twitter eleito para a Casa Branca. Essa passagem aconteceu de forma tão rápida, tanto nos Estados Unidos como no Brasil, que abundaram a estupefação e as hipóteses equivocadas. Entorpecida na constante sinalização de virtude moral, a esquerda online foi abatida em pleno voo pelo caldo de revolta que se gestava *como reação a essa própria cultura da sinalização de virtude*. A mera observação de uma retroalimentação entre a reação da neodireita online e a cultura progressista dos linchamentos virtuais "do bem" (ou seja, em nome de causas progressistas) sempre foi desqualificada, tanto na bibliografia como na cultura das redes de esquerda. A resposta automatizada é que constatar essa retroalimentação significaria culpar os movimentos identitários pela vitória da extrema-direita. Uma vez que as categorias de culpa, causalidade e retroalimentação passam

a se confundir, a própria interrogação é soterrada. Afinal de contas, como você pode culpar a vítima?

No Brasil, a consigna “a vítima tem sempre razão” instalou-se na cultura identitária lulista apesar de, ou graças a, uma gritante tautologia: nessa cultura, decidir se uma pessoa tem razão ou não implica, em primeiro lugar, decidir se ela foi vítima ou não. “A vítima tem sempre razão” significa, portanto, “a vítima é sempre vítima” ou “sempre tem razão quem tem razão”. Garotos imberbes no 4chan perceberam a tautologia uma década antes dos *apparatchiks* identitários do lulismo. “Querem vítimas? Vocês verão discurso autovitimista com intensidade jamais vista! E quem vai dizer que a vítima não tem razão?”

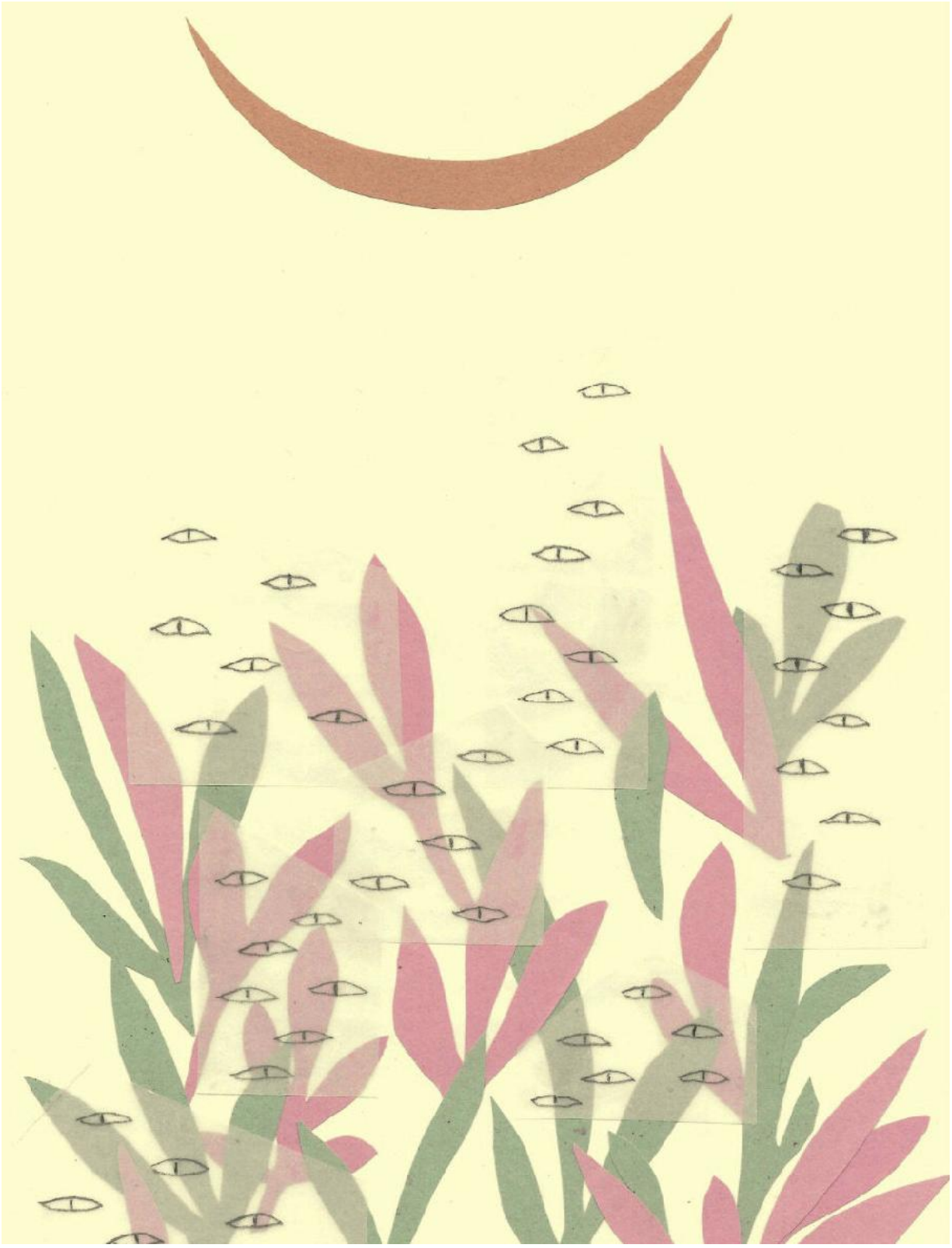
Por isso, fracassaram tratamentos bem intencionados e “equânimes” do fenômeno da cultura dos linchamentos virtuais, em livros como *A vítima tem sempre razão?*, de Francisco Bosco. Embora Bosco analise seu material com boa-fé e não seja possível dizer que o texto seja desprovido de coragem, ele não consegue sair da premissa de que a solução será um “meio do caminho” entre a justiça das pautas identitárias e a odiosidade das práticas de cancelamento, como se as duas coisas existissem na condição de extremos de uma linha reta. Criticar a imprensa por ver lulismo e bolsonarismo como dois extremos foi um cacoete da esquerda brasileira em 2018-2019, e em alguns casos até creio que a crítica se aplica. Mas faltou a memória de que, no Brasil do século 21, quem inventou a linearização de fenômenos que pertecem a *dimensões* diferentes, ou seja, fenômenos que não ocupam lugares em

uma linha reta, foi a esquerda, especialmente em suas alas lulistas e identitárias.

O rol de palavras, práticas e expressões canceladas pela esquerda identitária ofereceu um vasto material para que a intervenção da neodireita se apresentasse em nome da bandeira da liberdade de expressão. Que seja hipócrita (ou, na melhor das hipóteses, ingênuo) hipotecar *ao bolsonarismo* a revolta contra práticas de cerceamento do discurso e do pensamento não significa que a revolta não tivesse como fundamento um objeto real. O momento em que o olavismo deixa a condição de piada, saindo de um canto da internet, e se torna um movimento capaz de influenciar rumos da política brasileira coincidiu com uma inflexão das humanas e sociais nas universidades – o que as tornou alvo fácil do conspiracionismo da direita. Foi a época da proliferação da daninha confusão entre texto opinativo e curso acadêmico nos "cursos sobre o golpe". Foi a época dos cancelamentos promovidos por grupos identitários na universidade, como na desastrosa intervenção de alguns militantes do movimento negro numa aula pública de José de Souza Martins – ironicamente, o maior especialista brasileiro em linchamentos (físicos). Foi a época em que se escreviam livros intitulados *Michel Temer e o fascismo comum*. Todo esse caldo conferiu credibilidade ao conspiracionismo olavo-bolsonarista no YouTube e no WhatsApp. Com seus memes e sua retórica ambígua, o *troll* provou-se imune ao cancelamento. Se cancelá-lo não é possível, só nos resta derrubá-lo. Pacífica, claro, mas legalmente ou ilegalmente, já não importa. A encruzilhada

entre bolsonarismo e cultura do cancelamento também representa o fim da nitidez, nesta arena, da fronteira entre o legal e o ilegal. •

ensaio



Poiesis, pharmakon

TARSO DE MELO

A poesia é um remédio? Por quê? Para quê? Para quem? Gira em torno dessas perguntas a reflexão que aqui ensaio sobre poesia. Mas, antes, é necessária uma contextualização: escrevo em meados de maio de 2020, no apartamento em que vivo com minha esposa e nossos dois filhos (de 13 e 10 anos) em São Bernardo do Campo. Já se passaram 60 dias de isolamento social para nós: conseguimos trabalhar e estudar em casa, então nesse período saí à rua, rapidamente, apenas para as urgências da subsistência. Do lado de fora, passam de 17 mil as mortes causadas pela Covid-19 no país. Do lado de dentro, ocupações e mil preocupações com a vida, em seus diversos sentidos, misturam-se com o chamado das coisas práticas: lavar, limpar, cozinhar. É aqui, assim, agora, que vivo e leio e escrevo (sobre) poesia.

No início, imaginei que seria uma temporada mais meditativa, digamos assim, ou de buscar na estante livros lidos há muito tempo e escrever tudo aquilo que projeto para *um tempo com mais tempo*. Mas, para minha surpresa, esses dias têm sido dedicados à leitura de muitos textos *quentes*, escritos durante a quarentena, textos de todas as naturezas, muitos poemas entre eles. Não passa um dia sem que algo novo venha dos poetas, sejam poemas novos ou leituras de poemas de outras épocas que dizem algo forte, talvez ainda mais forte nas condições em que nos

encontram(os) hoje. Desde os primeiros dias (na verdade, sinto como um movimento que se estende já há alguns anos nas redes sociais), os poetas sentiram necessidade de reagir, cada um à sua maneira, todos *lançando seus gritos de galo para tecer a manhã*.

O encontro, num mesmo tempo, entre o isolamento social e a possibilidade de comunicação instantânea por diversos canais (de texto, áudio, vídeo) criou as condições para essa presença imediata e constante de milhares de vozes dentro de nossas casas, de nossas vidas isoladas. E, claro, as reações a esses gestos de compartilhamento também são bastante variadas: há muitos que questionam “poesia numa hora dessas?”, mas há muita, muita gente dando mostras de que a poesia alimenta – e mantém a mente saudável, dentro do possível, quando a vida teve que se encolher bruscamente: sem ruas, sem passeios, sem amigos, sem viagens, muitos sem trabalho e grana e, pior, sem perspectivas minimamente claras sobre o que chamar de “futuro”.

Nesse ambiente sufocante, parece-me natural que tantos vejam e busquem na arte *um respiro*, uma forma de continuar respirando. Podemos discordar das formas como isso tem sido apropriado e tratado aqui e ali, ou mesmo não gostar do que é feito, mas falo da minha própria experiência: o contato com as iniciativas de circulação de poesia neste momento tem sido fundamental para *continuar respirando*. Aliás, falo em poesia num sentido bastante amplo, que, claro, tem em seu centro as diversas iniciativas dos poetas para publicar poemas nas redes (em texto,

áudio, vídeo), mas passa também por encontros musicais como os de Mônica Salmaso na série “Ô de casas!” até as *lives* de alguns dos meus músicos prediletos, com destaque para as “Jovens *lives*” de Teresa Cristina e a histórica *live* de oito horas do Emicida!

Há muita arte, em geral, e poesia, em particular, circulando, e muitos têm ressaltado a importância dessas trocas num momento como o que atravessamos. Para a parcela da população que está em casa, alimentada, com acesso à internet (sei que, infelizmente, não é a realidade da maior parte dos brasileiros), a cultura, nas suas diversas formas – dos discos aos filmes, dos livros às melhores publicações eletrônicas –, tem-se mostrado vital. Mesmo para quem já consumia tais produtos e frequentava eventos culturais, essa *força vital* das artes parece ressaltar ainda mais num momento de adoecimento coletivo, de tristeza e medo, dor e isolamento.

Vivemos *tempos doentes*, e a poesia, que sempre age contra os muros que cercam nossa percepção, agora parece ainda mais forte quando a vida entre quatro paredes é o limite físico do *nosso mundo* e quando, entre elas, temos que lidar com tantas aflições. Dias atrás, o poeta Marcos Siscar afirmou: “Quando a gente se reconhece só, é obrigado a estar só, compartilhar se torna mais importante ainda. [...] Acho que a literatura, a poesia vive da solidão, de alguma maneira, mas pressupõe sempre um outro, um interlocutor, mesmo que ele não esteja dado em presença, fisicamente ou retoricamente, mas pressupõe sempre esse diálogo, que eu acho uma coisa fundamental. Esse

compartilhar é fundamental” (no ciclo “Um autor um texto”, em conversa com Annita Costa Malufe, no canal Literatura PUC-SP, no YouTube, em 11 de maio de 2020).

Compartilhar: palavra que se banalizou nos últimos tempos, remetendo a um clique no Facebook, mas contém quase tudo de que temos precisado. Ouvimos nela o eco do coletivo e da partilha, mas também o das ilhas em que temos vivido. Repartir sua ilha (e gosto de lembrar que, em espanhol, “isolar” é *aislar* e, em italiano, “ilha” é *isola*), porque as trocas entre as ilhas amenizam o isolamento. (A propósito, nos primeiros dias da quarentena, comecei a convidar poetas para indicarem poemas no site da *Cult*, numa série diária chamada “Notícias de outras ilhas”. Logo se formou um arquipélago, com cerca de 70 poetas indicando duas centenas de poemas e poetas, e essa experiência de compartilhamento tem sido muito bonita. Confira.)

João Cabral de Melo Neto, numa carta a Carlos Drummond de Andrade em 26 de junho de 1944 (de Goiânia para o Rio de Janeiro), cita uma expressão que sempre me chamou atenção: a literatura como “sorriso da sociedade”. Cabral cita a expressão cunhada por Afrânio Peixoto (no seu *Panorama da literatura brasileira*, de 1940, como informa Flora Süssekind, em nota no volume *Correspondência de Cabral com Bandeira e Drummond*, de 2001), mas logo adverte que não acolhia seu sentido original, bastante problemático, que indica que a literatura aparece quando a sociedade está feliz, ao passo que os momentos de tristeza “impõem” textos científicos etc. Cabral, por sua vez, diz:

“Eu a uso no outro sentido, o de necessariamente a literatura ser um veículo de alegria, saúde, não morbidez. Creio que a função mais importante da literatura não é refletir a miséria que a gente está vendo e sim dar coragem a esses que se está vendo na miséria”.

Há muito o que debater aí, mas gosto da hipótese: compartilhar para dar coragem, não apenas no que diz respeito à poesia, claro. E isso se torna ainda mais interessante se conseguimos colocar essas trocas da poesia como um gesto cotidiano. No meu caso, tanto ler como escrever poesia sempre foram gestos cotidianos – mas *rueiros*, porque costumo ler e escrever enquanto me desloco pelas cidades, estradas, com outras pessoas etc. Agora, em quarentena, a poesia se revela numa outra dimensão, em que não apenas se projeta para fora, de ilha para ilha, mas se entretece à rotina da casa, sem que isso tenha a ver com solidão (estou muito bem acompanhado) ou ócio (sigo bastante atarefado). Leminski dizia que a poesia era “uma necessidade orgânica da sociedade” e o que temos em nossas casas, ainda mais atravessadas pelas formas de comunicação atual, é também uma sociedade que tem essa necessidade.

Aliás, neste ponto, preciso voltar a falar da Mônica Salmaso, porque na série de vídeos – já são mais de 50, ô sorte – de cara me chamou atenção que cada uma daquelas peças artísticas (digamos assim, com solenidade, porque é o caso) parece irromper no meio da rotina das casas daqueles artistas como um ato entre outros tantos do dia, sem distinção entre arte e outros afazeres. E acredito que

lembrar disso desfaz o mal-estar sobre achar que a poesia está nos levando para um lado quando a urgência da luta contra a morte exigiria que fôssemos para outro. Aqui, a *poiesis* – que é fazer, entre outras coisas, poesia – revela-se *pharmakon*: na medida exata, salva vidas.

Reinventar a cotidianidade do gesto associado ao poema faz muito mais sentido (e é mais necessário, para mim) do que algo como *suspender o poema até que voltem as condições para a poesia*, simplesmente porque não conheço tais condições. Já escrevi antes: versos vêm de condições adversas (e não esqueço a afirmação de Theodor Adorno sobre poesia e barbárie após Auschwitz). E podem ir ao encontro de outras, tornando-as menos adversas. Por isso, neste momento, creio que compartilhar poesia é ainda urgente e *curativo*: pelo que dizem os poemas, pelo que diz o gesto de compartilhar, porque cada poema leva em seus versos a voz de alguém – de quem o escreveu, de quem o escolheu – para além de quaisquer limites. Visita e aproxima. A luta por sobrevivência passa também por inventar outras formas de convívio, de conversa, de colaboração. Ver no poema uma ponte, uma carta, um abraço na distância. •

lançamento

Zeladora de memórias

FABÍOLA PADILHA

Quem iria imaginar uma situação dessas? Parece o nazismo que a gente vê nos filmes. Esses milicos endoidaram. (Bernardo Kucinski, *Júlia: nos campos conflagrados do senhor*)

O Brazil não conhece o Brasil. (Aldir Blanc, "*Querelas do Brasil*")

SOBRE O NOVO ROMANCE DE BERNARDO KUCINSKI, *JÚLIA: NOS CAMPOS CONFLAGRADOS DO SENHOR*

Desde sua estreia na ficção, em 2011, com *K: relato de uma busca*, romance que alcançou enorme repercussão, Bernardo Kucinski vem se destacando como uma das mais importantes e potentes vozes da literatura brasileira contemporânea, sobretudo no que concerne ao enfrentamento de forças ultraconservadoras que assolam nosso país. Em muitas narrativas, como *Você vai voltar pra mim* (2014) e *Os visitantes* (2016), além do romance inaugural, o autor confronta o apagamento dos eventos traumáticos ("o mal de Alzheimer nacional") do extenso período da ditadura civil-militar brasileira, marcado por um cômputo terrível de vítimas sequestradas, torturadas e assassinadas pelo aparelho repressor. Com absoluto

domínio técnico na condução de suas histórias, construídas com estrutura fragmentária e sintaxe predominantemente concisa, Kucinski exuma os horrores da ditadura, escancarando a sordidez de seus meandros, sem resvalar em nenhum sentimentalismo apelativo.

Com frequência, o autor lança mão do recurso da ironia para potencializar o efeito de assombro e perplexidade, mobilizando o leitor. Em *A nova ordem* (2019), por exemplo, espécie de distopia política que eleva ao paroxismo as mais terríveis reminiscências da ditadura, um dos principais personagens, o general Lindoso Fagundes, cuja meta era o genocídio de 30 milhões de brasileiros (“O Brasil da Nova Ordem não precisa de 210 milhões de habitantes. Basta um mercado interno de 30 milhões de famílias, já que o agronegócio é voltado essencialmente para a exportação. [...] o Brasil tem povo demais”), é eliminado por Angelino, um ex-engenheiro que se torna morador de rua. A ironia aqui não se restringe ao que o nome do atirador evoca (“anjo”), mas inclui ainda a escolha da marca do armamento usado para o abate, uma Taurus. Como se sabe, a fabricante de armamentos ganhou notoriedade durante o último pleito para a presidência da República. Suas ações dispararam no mercado financeiro: aumentaram muito após a campanha, impulsionada pelo então candidato Jair Bolsonaro, em prol de uma população armada. Seu gesto de imitar uma arma com a mão foi amplamente difundido entre seus apoiadores. Em *A nova ordem*, o episódio deixa patente o efeito bumerangue, a possibilidade de um “cidadão de bem” ser

morto justamente por um indivíduo do contingente de pessoas que desejaria liquidar.

Revisitando mais uma vez a temática centrada na ditadura, Kucinski lança agora o romance *Júlia: nos campos conflagrados do senhor*. A história gira em torno das investigações da protagonista sobre suas origens, após uma "sucessão de acasos" que despertam suspeitas sobre sua verdadeira filiação. Reunida com os dois irmãos e o tabelião, Júlia se vê diante da necessidade de partilhar o espólio (o apartamento onde vivia com os pais). Logo no primeiro capítulo, o narrador onisciente dissemina uma série de dúvidas no leitor, alimentadas pela referência a mistérios e segredos que são paulatinamente desvendados ao longo da narrativa, à medida que Júlia se empenha em seguir as pistas encontradas: "Um pressentimento a fez reter o apartamento, pressentimento pertinaz, insistente. Não venda, dizia uma voz interior". Nesse espaço eclode o elemento disruptivo que opera uma reviravolta decisiva na vida da protagonista: num buraco da parede, Júlia encontra cartas de sua tia Hortência com relatos sobre seu nascimento, além de papéis com informações cifradas e "um maço de folhas grampeadas" com menção a "crianças desaparecidas, sequestradas" e depoimentos de presos políticos.

"Durante três dias Frei Tito foi supliciado; socaram sua cabeça na parede, queimaram seu corpo com cigarros e lhe aplicaram choques elétricos em todo o corpo e na boca, 'para receber a hóstia'." Júlia experimenta o choque de se deparar, a um só tempo, com dados desconhecidos de sua

vida particular e de seu país: “Então isso acontecia no Brasil? E o pai sabia de tudo isso? E a mãe será que sabia? [...]. Nunca imaginou atrocidades dessas no Brasil”. A história da protagonista se articula inextricavelmente à história política nacional, num enlace que alinhava muita dor, sofrimento, separações e encontros surpreendentes.

O expediente do diálogo ganha destaque e imprime agilidade à narrativa, cuja temporalidade alterna presente e recuos no tempo. Das deambulações pelo passado, sobressai a amizade entre Durval, pai de Júlia e engenheiro do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), e Magno, escrivão de uma delegacia de polícia, ambos empenhados em ajudar a encontrar presos políticos e comunicar o paradeiro deles às famílias. A parceria culmina na descoberta de uma rede de tráfico de bebês, encaminhados clandestinamente para adoção. A abordagem da adoção ilegal já havia comparecido em *Pretérito imperfeito* (2017), mas desprovida de ênfase e sem conexão com o quadro político do país. Em *Júlia*, a adoção “à brasileira”, questão nuclear nesta nova narrativa, expõe uma rede criminosa composta por integrantes da Igreja católica, da Polícia Militar e da sociedade civil (“Estima-se que, em cerca de vinte anos, mais de 40 bebês foram levados ao exterior, a maioria para a Itália”). O último capítulo encerra a tarefa de recomposição do álbum de família, facultando à protagonista uma compreensão definitiva não apenas dos fatos atinentes à sua vida particular, mas também do contexto mais amplo do qual esses fatos emergem.

Diferentemente de obras anteriores que retomam os tempos macabros da ditadura, nas quais ficava em aberto divisar uma saída que permitisse a superação da barbárie, em *Júlia*, Kucinski apresenta uma via propositiva bastante desafiadora e significante. A chave de leitura dessa proposição é dada pelo título do romance. A etimologia do nome Júlia remete a filha de Júpiter, deus da proteção, da disciplina e da justiça. Já o verbo conflagrar quer dizer "fazer ficar mais aceso, mais forte; excitar, estimular, inflamar; amotinar, agitar, convulsionar". Ao ser impelida, pelo acaso, a abdicar do ritmo previsível de uma rotina confortável, Júlia não hesita em escavar o que se alberga sob a ilusória passividade das paredes que a protegem. Semelhante a seu pai, ela também descobre que a pacificação é uma conquista que se alcança com o combate às injustiças.

Não pode haver pacificação quando se caminha sobre cadáveres insepultos. Como afirma Frei Tito de Alencar, citado numa das epígrafes: "Não vejo como ser cristão sem ser revolucionário". Muitos nomes dos que enfrentaram a repressão da ditadura civil-militar brasileira estampam as páginas desse romance. Para que os mortos repousem em paz, urge promover a conflagração nos campos do Senhor. O recado de Kucinski não poderia ser mais claro: é preciso estar atento à centelha do passado que relampeja neste momento de perigo. É preciso inflamar as brasas – e ir à luta! •

colaboraram nesta edição

Cynthia Gyuru é artista plástica. Tem como atividades a ilustração, pintura em porcelana, desenvolvimento de estampas e criação de cenários

Daniel Trench é designer e editor de arte da revista *Serrote*. É professor da ESPM e da Escola da Cidade

Eduardo Wolf é doutor em Filosofia pela USP e editor de "Estado da Arte" no jornal *O Estado de S. Paulo*

Fabíola Padilha é doutora em Letras pela UFMG e professora de Teoria da Literatura e Literaturas de Língua Portuguesa da UFES

Idelber Avelar é doutor em Estudos Espanhóis e Latino-Americanos pela Universidade Duke e professor de Literatura na Universidade Tulane. Seu *Eles em nós: retórica e antagonismo político no Brasil do século XXI* está no prelo com a Editora Record

Jerônimo Teixeira é jornalista e escritor, autor de *Os dias da crise* (Companhia das Letras, 2019)

Renata d'Angelo é arquiteta e fotógrafa

Rodrigo de Lemos é doutor em Literatura pela UFRGS e professor de Língua e Cultura Francesa na UFCSPA-RS

Tarso de Melo é doutor em Filosofia do Direito pela USP, poeta, advogado e professor. É autor de *Rastros* (martelo casa editorial, 2019), entre outros